

**De:** Percy Baptista Soares Neto <psoares@cni.org.br>  
**Enviado em:** sexta-feira, 1 de dezembro de 2017 23:11  
**Para:** Jair Vieira Tannus Junior; sec.executiva; Sergio Antonio Goncalves; Roseli dos Santos Souza  
**Cc:** scarneiro.cni; sergiobastos.coficpolo; Ramos, Renato (RGR); tita.uaigiga; aabpio@fiesp.org.br; crisyuan.acobrasil; claudia.ibram; Jorge Vicente Peron Mendes; costasw.fiemg; Alexandre Luis Almeida Vilella; Zeila Chittolina Piotto  
**Assunto:** Justificativa Pedido de Vistas \_ Proposta Resolução Reajuste Automático PPU \_ representação da Indústria  
**Anexos:** Parecer Juridici CNI \_ aumento PPU.pdf; Nota Técnica sobre Aumento Automático PPU Cobrança - v 01\_12.pdf

De ordem do Dr. Shelley Carneiro, encaminhado justificativa do pedido de vistas à proposta de Resolução de reajustes automático do PPU.

Ao Senhor,

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR  
SEPN - Quadra 505 - Lote 02  
Ed. Marie Prendi Cruz - 1º andar  
CEP: 70730-540 – Brasília/DF

**Ref.: Justificativa de Pedido de Vista da Proposta de Resolução de Correção Automática dos Preços Públicos Unitários decorrente do uso de recursos hídricos**

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio dessa encaminhar parecer que justifica o pedido de vista conforme determinado no Artigo 13 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pelo exposto nesse documento e em seus anexos, o setor industrial entende que o mais adequado encaminhamento é a rejeição da matéria e o reconhecimento imediato e formal dos comitês de bacia hidrográfica como locus de pactuação sobre os mecanismos, dentre os quais as formas de reajuste e os valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, conforme define a Política Nacional de Recursos Hídricos. A fazer como indicamos, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, seus integrantes e o Governo Federal passam uma forte mensagem à sociedade de apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos respeitando os princípios da participação e da descentralização.

Os argumentos e posições contidos nesse documento e nos anexos foram construídos a partir de um extenso diálogo com a Rede de Recursos Hídricos da Indústria, composta por representantes do setor industrial nos colegiados de recursos hídricos e com as demais representações dos setores usuários no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A forma de estruturar as mensagens da indústria e dos setores usuários demonstra que é a partir do efetivo exercício da representatividade que se qualifica e se legitimam as posições que são apresentadas e sustentadas pelos representantes dos setores no Conselho.

A matéria de reajuste automático dos preços unitários básicos está na pauta do SINGREH não é de hoje. Em 2016 a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos iniciou um debate sobre a Revisão da Resolução CNRH 48 que foi interrompido por solicitação da Agência Nacional de Água e concordância de todos os membros em função da contratação da OECD para analisar o instrumento. À época foi realizada uma Oficina de Trabalho que reuniu representantes dos usuários da água, governos e entidades delegatárias que analisou profundamente o instrumento e reconheceu a necessidade de ajustes. Encaminhados para a OECD, esses resultados não foram considerados no documento lançado novembro de 2017.

O tema voltou à pauta do CNRH quando da apreciação da Resolução que instituiu a cobrança pelo uso da água e delegou competência das funções de Agência de Bacia do Paranaíba. O plenário não aprovou a proposta de reajuste automático da cobrança pelo uso da água naquela bacia, tendo em vista que essa proposta havia sido rejeitada pelo respectivo Comitê de Bacia, em suas câmaras técnicas e no plenário. Definiu o plenário que a Câmara Técnica de Cobrança do CNRH estudasse a matéria. **Em nenhum momento houve solicitação expressa do plenário do CNRH para elaborar uma proposta de resolução com esse conteúdo.** Destaca-se ainda que, não só esse Comitê apreciou e rejeitou a proposta de reajustes automáticos. Outros foram consultados e adotaram outra forma de tratar o tema. Seja com reajustes escalonados, seja por meio de definição de prazos para revisão de valores.

Importante anotar que em toda a tramitação da proposta de resolução nas Câmaras Técnicas do CNRH o setor usuário se posicionou de forma crítica à usurpação da autonomia dos Comitês de Bacia Hidrográfica em tão relevante atribuição. Além disso, é nosso entendimento que nenhum comitê de bacia necessita da tutela do CNRH para estabelecer seus mecanismos de cobrança. Todos os comitês de bacia de rios do domínio da União já aprovaram reajustes nos Preços Públicos Unitários, sempre e quando entenderam necessário e nos montantes adequados à realidade socioeconômica das respectivas bacias hidrográficas.

Somado a esse fato, o CNRH aprovou a delegação de competência de todas as entidades delegatárias que estão em funcionamento a partir da comprovada viabilidade econômico financeira de acordo com um prazo determinado. Ora, se o CNRH delegou competência por um período determinado e afirmou que as entidades são viáveis, o argumento pela atualização dos preços impõe uma incoerência.

Em anexo a essa mensagem são encaminhadas uma Nota Técnica que detalha os argumentos do setor industrial sobre a matéria e o Parecer Jurídico elaborado pelo escritório Pinheiro, Mourão, Raso e Araújo Filho para a Confederação Nacional da Indústria. Ambos os documentos acrescentam importantes parâmetros de insegurança jurídica resultantes da proposta, caso seja aprovada, para a atenção dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nesses documentos as razões e as justificativas para o pedido de vistas são detalhados.

Reiteramos nosso comprometimento com a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com seus princípios objetivos e diretrizes. O atual desenho adotado pelo Estado brasileiro para fazer a gestão das águas não é simples, tem enormes desafios de implementação, mas garante a participação dos setores usuários e da sociedade, bem como a descentralização da gestão. É importante que os avanços alcançados sejam mantidos e fortalecidos, evitar retrocessos é fundamental.

Nos colocamos a inteira disposição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para aprofundar o debate sobre o tema e para contribuir com implantação do gerenciamento das águas do País.

Atenciosamente

Shelley de Souza Carneiro

Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI

Conselheiro Titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

--

Percy B. Soares Neto  
Coordenador da Rede de Recursos Hídricos da Indústria  
Confederação Nacional da Indústria - CNI  
SBN Quadra 1 - Bloco C - 11º andar  
Edifício Roberto Simonsen  
70041-903 - Brasília - DF  
Tel (61) 3317 9509

*Missão Gemas/CNI: Contribuir para a promoção da Sustentabilidade na indústria como estratégia de competitividade da economia nacional.*